

O Banpará registrou um lucro líquido de R\$204.077 mil no exercício de 2015, desempenho 37,8% maior que o apresentado no ano anterior. O lucro líquido por ação alcançou R\$21,44, ante aos R\$15,55 observados ao final de 2014.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM MILHARES DE REAIS)

BALANÇO PATRIMONIAL			
	Nota	31.12.2015	31.12.2014
ATIVO			
Circulante		2.957.888	2.911.934
Disponibilidades	3.b	169.858	158.076
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	730.100	525.778
Aplicações no mercado aberto		543.911	380.755
Aplicações em depósitos interfinanceiros		186.189	145.023
Títulos e valores mobiliários	5	477.905	545.657
Carteira própria		340.110	325.433
Vinculados a compromisso de recompra		131.874	216.957
Vinculados a prestação de garantia		5.921	3.267
Relações interfinanceiras	6	77.328	268.990
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3	11
Depósitos no Banco Central		76.467	268.066
Correspondentes		858	913
Operações de crédito	7	1.326.013	1.235.369
Sector privado		1.393.614	1.312.026
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(67.601)	(76.657)
Outros créditos	8	172.102	174.524
Carteira de Câmbio		73	813
Rendas a receber		1.211	1.144
Diversos		176.802	178.052
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(5.984)	(5.485)
Outros valores e bens		4.582	3.540
Outros valores e bens		3.443	4.670
(Provisões para desvalorizações)		(1.441)	(3.126)
Despesas antecipadas		2.580	1.996
Realizável em longo prazo	2.192.610	2.009.444	
Títulos e valores mobiliários	5	147.872	274.891
Carteira própria		147.872	274.891
Relações interfinanceiras	6	55.313	49.137
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		55.313	49.137
Operações de crédito:	7	1.835.006	1.582.827
Sector privado		1.925.920	1.680.804
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(90.914)	(97.977)
Outros créditos	8	154.419	102.589
Diversos		154.419	102.589
Permanente		118.569	110.915
Investimento		33	33
No exterior		4	4
Outros investimentos		167	167
(Provisão para perdas)		(138)	(138)
Imobilizado de uso	9	89.461	84.210
Imóveis de uso		46.147	45.389
Outras imobilizações de uso		134.238	121.853
(Depreciações acumuladas)		(90.924)	(83.032)
Intangível	9	29.075	26.672
Ativos intangíveis		44.513	34.960
(Amortização acumulada – intangível)		(15.438)	(8.288)
TOTAL DO ATIVO		5.269.067	5.032.293

	Nota	31.12.2015	31.12.2014
PASSIVO			
Circulante		4.144.549	4.090.908
Depósitos	10	3.316.101	3.551.588
Depósitos à vista		944.231	1.002.071
Depósitos de poupança		813.598	789.627
Depósitos interfinanceiros		147.410	200.270
Depósitos a prazo		1.410.862	1.559.620
Captação no mercado aberto	10.1d	443.383	216.869
Carteira própria		131.324	216.869
Carteira de Terceiros		312.059	-
Relações interfinanceiras		201	282
Correspondentes		201	282
Relações interdependências		671	361
Recursos em trânsito de terceiros		671	246
Transferência Interna de Recursos		-	115
Emissão de títulos	11	177.531	155.261
Recursos de letras financeiras		177.531	155.261
Obrigações por empréstimos		-	976
Empréstimo no Exterior		-	976
Obrigações para repasses no País – Instituições Oficiais		847	1.194
BNDES		847	1.194
Outras obrigações	12	205.815	164.377
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.972	1.162
Sociais e estatutárias		15.473	5.922
Fiscais e previdenciárias		28.737	27.741
Negociação e intermediação de valores		-	73
Diversas		159.633	129.479
Exigível em longo prazo		432.756	372.069
Depósitos	10	374.348	348.166
Depósitos a prazo		374.348	348.166
Emissão de títulos	11	48.596	6.825
Recursos de letras financeiras		48.596	6.825
Outras obrigações	12	9.812	17.078
Diversas		9.812	17.078
Patrimônio líquido	13	691.762	569.316
Capital social		569.316	480.478
Reserva de lucro		122.446	88.838
TOTAL DO PASSIVO		5.269.067	5.032.293

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Nota	2º semestre 2015	31.12.2015	31.12.2014
Receita da intermediação financeira		691.060	1.338.987	1.150.489
Operações de crédito	7	594.926	1.145.926	969.099
Resultado de aplicações interf. e operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5	89.387	174.563	165.010
Resultado de operações de câmbio		4.347	6.720	1.543
Resultado das aplicações compulsórias		2.400	11.778	14.837
Despesas da intermediação financeira		(261.651)	(542.462)	(517.820)
Operações de captação no mercado	10	(222.191)	(421.095)	(355.356)
Resultado de operações de câmbio		(418)	(784)	(1.381)
Operações de empréstimo/repasses		(133)	(368)	(129)
Provisão para Operações de Crédito		(38.909)	(120.215)	(160.954)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		429.409	796.525	632.669
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(250.640)	(473.656)	(386.052)
Receitas de prestação de serviços	21.3	24.445	45.886	36.568
Rendas de tarifas bancárias	21.4	13.553	25.519	23.327
Despesas de pessoal	21.5	(132.422)	(247.044)	(202.461)
Outras despesas administrativas	21.6	(127.764)	(238.508)	(199.873)
Despesas tributárias	21.7	(25.235)	(48.581)	(42.611)
Outras receitas operacionais	21.7	12.810	18.506	9.806
Outras despesas operacionais	21.1	(16.027)	(29.434)	(10.808)
Resultado operacional		178.769	322.869	246.617
Resultado não operacional	21.2	(13)	(615)	(233)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		178.756	322.254	246.384
Imposto de renda e contribuição social		(4.195)	(91.691)	(81.113)
Provisão para imposto de renda	20	(38.107)	(87.089)	(81.500)
Provisão para contribuição social	20	(28.266)	(58.031)	(49.753)
Ativo fiscal diferido	20.b	62.178	53.429	50.140
Participações no lucro		(16.617)	(26.486)	(17.207)
Empregados – Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000.		(16.500)	(26.261)	(16.993)
Administradores – Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.		(117)	(225)	(214)
Lucro Líquido		157.944	204.077	148.065
Juros sobre Capital Próprio		27.902	35.573	25.427
Lucro Líquido por ação (R\$)		16,59	21,44	15,55

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	NOTA	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Estatutária	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2015		480.478	7.403	81.435	38.462	607.778
Lucro Líquido do 2º semestre 2015		-	-	-	157.944	157.944
Aumento de Capital com Reservas de Lucro	13.1	88.838	(7.403)	(81.435)	-	-
Destinações:						
Reserva Legal	-	-	10.204	(10.204)	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	112.242	(112.242)	-
Juros sobre Capital Próprio	13.2	-	-	-	(27.902)	(27.902)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-
Ata - 16.10.2015	13.2	-	-	-	(30.687)	(30.687)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(15.371)	(15.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		569.316	10.204	112.242	-	691.762
Mutações do 2º semestre 2015		88.838	2.801	30.807	-	122.446
Saldo em 31 de dezembro de 2013	400.484	7.043	98.606	-	506.133	-
Lucro Líquido do Exercício de 2014	-	-	-	-	148.064	148.064
Dividendos Distribuídos AGE 28.03.2014	-	-	-	(25.655)	-	(25.655)
Aumento de Capital com Reservas de Lucro	13.1	79.994	(7.043)	(72.951)	-	-
Destinações:						
Reserva Legal	-	7.403	-	(7.403)	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	81.435	(81.435)	-
Juros sobre Capital Próprio	13.2	-	-	-	(25.427)	(25.427)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-
Ata - 03.11.2014	13.2	-	-	-	(28.025)	(28.025)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(5.774)	(5.774)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		480.478	7.403	81.435	-	569.316
Mutações do Exercício 2014		79.994	360	(17.171)	-	63.183
Saldo em 31 de dezembro de 2014	480.478	7.403	81.435	-	569.316	-
Lucro Líquido do Exercício de 2015	-	-	-	-	204.077	204.077
Aumento de Capital com Reservas de Lucro	13.1	88.838	(7.403)	(81.435)	-	-
Destinações:						
Reserva Legal	-	10.204	-	(10.204)	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	112.242	(112.242)	-
Juros sobre Capital Próprio	13.2	-	-	-	(35.573)	(35.573)
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	-	-
Ata - 16.10.2015	13.2	-	-	-	(30.687)	(30.687)
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(15.371)	(15.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		569.316	10.204	112.242	-	691.762
Mutações do Exercício 2015		88.838	2.801	30.807	-	122.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)
1 Contexto operacional O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ (“Banco”) é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio.
2 Apresentação das Demonstrações Contábeis As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram: Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1); Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2); Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1); Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24); Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1); Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); Resolução nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1). Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Os pronunciamentos conceituais básicos CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Banco. Os pronunciamentos CPC 10 e CPC 23 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações contábeis do Banco. As demonstrações contábeis do Banco foram aprovadas pela Diretoria em 19 de fevereiro de 2016.
a. Uso de estimativas e julgamentos Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios

seguintes a 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 7 - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;

Nota explicativa 4, 5 e 1 - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros;

Nota explicativa 15.2 - cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais;

Nota explicativa 9 - determinação da vida útil de determinados ativos.

Nota explicativa 20 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e

Notas explicativas 12 (d) - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

c. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Representação dos valores correspondentes para efeito de comparabilidade

Os valores correspondentes relativos à Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, originalmente apresentada em conjunto com as informações anuais aprovadas pela administração naquela data, estão sendo representados para fins de comparação com as informações anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em conformidade com a resolução nº4.007/11 (CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), conforme demonstrado abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Original	31.12.2014 Reclassificação	Reapresentado
Lucro Líquido	148.064	-	148.064
Lucro Líquido Ajustado (Aumento)/ Redução Títulos e Valores Mobiliários	327.836	-	327.836
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(213.916)	(149.619)	(363.535)
Atividades Operacionais	(41.291)	(149.619)	(190.910)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(44.165)	-	(44.165)
Caixa Líquido Aplicado das Atividades de Financiamento	(84.881)	-	(84.881)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(170.337)	(149.619)	(319.956)
Caixa e equivalentes de caixa - Início do Período	1.153.512	(294.725)	858.787
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do Período (a)	983.175	(444.344)	538.831
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(170.337)	(149.619)	(319.956)

A representação desses valores correspondentes foi necessária em decorrência da revisão pelo Banco da classificação de Títulos e valores mobiliários mantidos para negociação como caixa e equivalente de caixa, à luz da resolução nº 3.604/08 (CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas por competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução BACEN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e

Continuação das NOTAS EXPLICATIVAS:

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.555/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retomando a alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

n. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do BANCO, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM nº 695/2012.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na Instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

o. Outros ativos e passivos

Demaís passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente relevante para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

q. Demonstrações do valor adicionado

O Banco elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

r. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

O Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução nº 4.007 de 25 de agosto de 2011, que trata do Pronunciamento Técnico CPC 23. Esse CPC tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação das mudanças nas políticas, nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez.

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

Títulos	31.12.2015	31.12.2014
Posição bancada (a):	229.527	380.755
Letras Financeiras do Tesouro	4.004	33.070
Letras do Tesouro Nacional	-	136.084
Nota do Tesouro Nacional	225.523	211.601
Posição financiada (a):	314.384	-
Nota do Tesouro Nacional	314.384	-
Aplicações no mercado aberto	543.911	380.755
Depósitos interfinanceiros:	186.189	145.023
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	186.189	145.023
Total	730.100	525.778

a. Em 31 de dezembro de 2015, os saldos de títulos em posição bancada, montante de R\$229.527 (R\$380.755 em 31 de dezembro de 2014), o saldo em posição financiada no montante de R\$314.384 e o montante de R\$31.445 dos depósitos interfinanceiros, perfazendo o montante de R\$575.356 referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º semestre 2015	31.12.2015	31.12.2014
Posição Bancada	28.249	66.409	97.020
Posição Financiada	8.402	8.409	-
Depósitos Interfinanceiros	8.203	12.282	6.209
Total	44.854	87.100	103.229

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

5. Títulos e valores mobiliários

a. Classificação por tipo de papel:

Títulos	31.12.2015	31.12.2014
Livres		
Letras Financeiras do Tesouro (renda fixa)	215.904	224.119
CVS	146.123	156.389
Letras imobiliárias	124.206	218.935
Cotas de fundos de empresas (i)	1.748	881
Vinculados a operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro	131.874	216.957
Vinculados à prestação de garantia		
Letras Financeiras do Tesouro	5.921	3.267
Total	625.776	820.548
Circulante	477.905	545.657
Realizável em longo prazo	147.871	274.891

(i) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banpará investe no Fundo de Investimento em Participações (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando desenvolvimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que a obrigatoriedade de manter o investimento por 12 anos sendo prorrogado por mais 03.

b. Classificação por categoria e vencimento:

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	TOTAL 2015	TOTAL 2014
Títulos para negociação (i)	88.827	35.379	-	160.402	193.297	477.905	663.278
Títulos públicos	88.827	35.379	-	160.402	193.297	477.905	545.658
Letras de crédito imobiliário	88.827	35.379	-	-	-	124.206	218.935
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	160.402	193.297	353.699	444.343
Títulos Mantidos até o vencimento (ii)	-	-	-	-	147.871	147.871	157.270
Títulos públicos	-	-	-	-	146.123	146.123	156.389
CVS	-	-	-	-	146.123	146.123	156.389
Títulos privados	-	-	-	-	1.748	1.748	881
Cotas de fundos de empresas	-	-	-	-	1.748	1.748	881
TOTAL 31.12.2015	88.827	35.379	-	160.402	341.168	625.776	
TOTAL 31.12.2014	86.912	458.746	-	117.620	157.270		820.548

(i) Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como disponíveis para negociação, com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, com exceção das Letras de crédito imobiliário, são considerados como equivalentes a caixa. Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme § único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2015 os títulos FIP e CVS estão classificados como Mantidos até o Vencimento.

(ii) Em conformidade com a circular 3068/2001, o Banpará declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

c. Quantos aos ajustes

	31.12.2015		31.12.2014	Ajustes	31.12.2015
	Custo	Mercado			
Para negociação	479.483	477.905	(1.858)	(3.436)	(1.578)
Letras de crédito imobiliário	125.558	124.206	(1.776)	(3.128)	(1.352)
Letras financeiras do tesouro	353.925	353.699	(82)	(308)	(226)
Mantidos até o vencimento	147.871	88.264	(52.876)	6.731	59.607
CVS	146.123	86.516	(52.876)	6.731	59.607
Cotas de fundos de empresas	1.748	1.748	-	-	-

d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

	Saldo em 31.12.2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado	477.905	353.699	124.206	-
Letras de crédito imobiliário	124.206	-	124.206	-
Letras financeiras do tesouro	353.699	353.699	-	-
TVM mantidos até o vencimento, a valor de mercado	147.871	1.748	146.123	-
C.V.S	146.123	-	146.123	-
Cotas de fundos de empresas	1.748	1.748	-	-
TOTAL	625.776	355.447	270.329	-

	Saldo em 31.12.2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
TVM disponíveis para negociação, a valor de mercado.	663.278	444.343	218.935	-
Letras de crédito imobiliário	218.935	-	218.935	-
Letras financeiras do tesouro	444.343	444.343	-	-
TVM mantidos até o vencimento, a valor de mercado	157.270	881	156.389	-
C.V.S	156.389	-	156.389	-
Cotas de fundos de empresas	881	881	-	-
TOTAL	820.548	445.224	375.324	-

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utiliza-das pelo Banpará são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cota-dos estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observa-das no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mer-cado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Durante o exercício de 2015 e 2014 não houve mudanças entre os níveis.

Marcação a mercado (MaM) das LFT

O valor nominal atualizado é calculado a partir do acúmulo da taxa SELIC entre a data de emissão e a data da Marcação a Mercado - MaM. O preço de mercado (PU) da LFT é obtido pela aplicação do deságio no valor nominal pela taxa correspondente.

Próprio – Bancada para negociação - 31.12.2015					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210100	PÓS-SELIC	01.03.2019	1.340	7.400,8125	9.917
LFT 210101	PÓS-SELIC	01.03.2020	17.504	7.401,0272	129.548
LFT 210102	PÓS-SELIC	01.03.2020	21	7.401,0272	155
LFT 210103	PÓS-SELIC	01.09.2020	41	7.401,1308	303
LFT 210104	PÓS-SELIC	01.03.2021	8.872	7.401,1974	65.663
LFT 210105	PÓS-SELIC	01.03.2021	45	7.401,1974	333
LFT 210106	PÓS-SELIC	01.09.2021	1.349	7.401,2196	9.984
TOTAL					215.904

Próprio - Financiados para negociação - 31.12.2015					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210100	PÓS-SELIC	01.03.2019	1.110	7.400,8125	8.214
LFT 210101	PÓS-SELIC	01.03.2020	441	7.401,0272	3.264
LFT 210102	PÓS-SELIC	01.09.2020	8	7.401,1308	59
LFT 210103	PÓS-SELIC	01.03.2021	408	7.401,1974	3.020
LFT 210104	PÓS-SELIC	01.09.2021	15.851	7.401,2196	117.317
TOTAL					131.874

Próprio - Vinculados de papéis para negociação - 31.12.15					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210100	PÓS-SELIC	01.03.2020	500	7.401,0272	3.701
LFT 210101	PÓS-SELIC	01.03.2020	300	7.401,1308	2.220
TOTAL					5.921

Próprio – Bancada para negociação - 31.12.2014					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	19.369	6.534,4584	126.566
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	14.929	6.534,4387	97.553
Total					224.119

Próprio – Financiado para negociação - 31.12.2014					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	30.131	6.534,4584	196.890
LFT 210.100	Pós – SELIC	01.03.2020	3.071	6.534,4387	20.067
Total					216.957

Próprio – Vinculados de papéis para negociação - 31.12.2014					
Papel	Características	Vencimento	Quantidade	P U Mercado	Financiamento
LFT 210.100	Pós – SELIC	07.09.2015	500	6534,4583	3.267
Total					3.267

Valor justo das CVS: Conforme pesquisa realizada ao mercado (corretoras com as quais o Banco opera), onde foi considerado o mercado comprador, as ofertas obedeceram aos seguintes percentuais de deságio em relação aos valores em nossa carteira:

Acompanhamento do saldo CVS						
Classe	31.12.2015			31.12.2014		
CVS	Saldo	%	Valor justo	Saldo	%	Valor justo
A	41.709	67,70	28.237	44.673	75,43	33.697
B	101.392	55,60	56.374	108.480	62,26	67.539
C	1.855	67,70	1.256	1.987	75,43	1.499
D	1.167	55,60	649	1.249	62,26	778
TOTAL	146.123		86.516	156.389		103.513

e. Rendas com títulos e valores e mobiliários

	2º semestre 2015	31.12.2015	31.12.2014
Rendas de títulos de renda fixa	43.644	87.441	64.301
Rendas de títulos de renda variável	82	313	9.236
Rendas de participações societárias	-	-	180
Ajustes positivos (negativos)			
ao valor de mercado TVM	(807)	(291)	(11.936)
TOTAL	42.919	87.463	61.781

6.Relações interfinanceiras

Composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	3	11
Relações com correspondentes	858	913
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	66.229	107.308
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN (a)	-	150.771
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	55.313	49.137
Outros depósitos compulsórios – Crédito rural		
Resolução BACEN nº 3.109/2003	10.238	9.987
Total	132.641	318.127
Circulante	77.328	268.990
Realizável em longo prazo	55.313	49.137

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados. A Circular nº 3.757 de 28 de maio de 2015 permite que as instituições financeiras que possuam Patrimônio de Referência inferior a R\$5.000.000 (cinco bilhões) deduzam, até 24 de junho de 2016, o montante de R\$200.000 (duzentos milhões) da exigibilidade sobre depósito de poupança.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN.

(c) O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$55.312, referentes a 291 contratos, nas seguintes situações:

- **230 Homologados;**
- **61 Pré Novados** que dependem do processo de securitização, conforme previsto na Lei nº 10.150/00, para sua realização.
- **08 Habilitados** aguardando análise pela Administração do FCVS

Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR).

Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

7. Operações de crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito:

Diretoria Colegiada	
Conselho de administração	
Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha Presidente	Timara de Souza Miranda Membro
Augusto Sérgio Amorim Costa Membro	José Carvalho de Melo Filho Membro
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Membro	Marco Antônio Lima de Gusmão Membro
Diretoria Colegiada	
Augusto Sérgio Amorim Costa Diretor Presidente	Jorge Wilson Campos e Silva Antunes Diretor
Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva Diretor	Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo Diretora
Márcia Regina Maués da Costa Miranda Diretora	Eugênio Luis de Sousa Pessoa Diretor
Conselho Fiscal	
Maria Adélia Macedo Monteiro Membro	
Maria do Céu Guimarães de Alencar Membro	
José Maria Tavares Teixeira Membro	
Marta Pinheiro de Barros Contador CRC (PA) nº 11.584-05	